



Área do Organismo (<https://www.bep.gov.pt/Pages/Areas/AreaOrganismo.aspx>)

Ofertas

Mobilidade Geral

Programa de incentivos ao interior

Ofertas PRR

Sobre a BEP

Ajuda

Início ([../..../Default.aspx](https://www.bep.gov.pt/Pages/Default.aspx))

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Requisitos de Admissão

Formalização Candidaturas

Descrição do Procedimento

NAO VER TUDO ▲

Código da Oferta: OE202604/0716

Tipo Oferta: Procedimento Concursal Comum

Estado: Ativa ▶

Nível Orgânico: Outros

Órgão/Serviço: Conselho Superior da Magistratura

Vínculo: CTFP por tempo indeterminado

Regime: Carreiras Gerais

Carreira: Técnico Superior

Categoria: Técnico Superior

Grau de Complexidade: 3

Remuneração: Por negociação, até ao limite da 6.ª posição, nível 38 da TRU

Suplemento Mensal: 0,00 EUR

Caracterização do Posto de Trabalho:

- Assegurar o registo, tratamento e análise da informação contabilística nas vertentes orçamental, patrimonial e analítica, em articulação com os normativos do SNC-AP;
- Desenvolver e implementar modelos de contabilidade de gestão, incluindo a definição de centros de custo, centros de responsabilidade e unidades de análise, com vista ao apuramento de custos por atividade, serviço;
- Produzir informação de apoio à decisão, através da elaboração de mapas de custos, relatórios de execução e indicadores de desempenho económico-financeiro;
- Garantir a articulação entre os sistemas de informação contabilística e os sistemas de planeamento e controlo de gestão, promovendo a integração da informação financeira e não financeira;
- Colaborar na preparação da prestação de contas, bem como na resposta a entidades de controlo interno e externo, designadamente o Tribunal de Contas
- Apoiar a implementação de instrumentos de gestão

estratégica, como o Balanced Scorecard, assegurando a incorporação de indicadores financeiro

- Utilizar plataformas como o ERP da Entidade (ex: GeRFiP, SAP) e ferramentas de análise de dados (Excel avançado/BI).

Outros requisitos:

- Exercício de funções na área da contabilidade pública, preferencialmente no âmbito do SNC-AP, incluindo experiência na elaboração e análise de demonstrações financeiras e orçamentais;
- Experiência na implementação ou operacionalização de sistemas de contabilidade de gestão, nomeadamente na definição e monitorização de centros de custo e de responsabilidade e das metodologias de apuramento dos mesmos
- Experiência em processos de prestação de contas e auditoria, incluindo interação com entidades de controlo externo;
- Experiência na produção de informação de apoio à decisão e na construção de indicadores de desempenho
- Experiência em projetos de modernização administrativa e de implementação de sistemas de controlo de gestão
- Experiência preferencial em Balanced Scorecard

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Conselho Superior da Magistratura	1	Rua Duque de Palmela n.º 23	Lisboa	1250097 LISBOA	Lisboa	Lisboa

Total Postos de Trabalho: 1

Observações:

Relação Jurídica Exigida: CTFP por tempo indeterminado

Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica :

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

Requisitos de Nacionalidade: Sim

Habilitação Literária: Licenciatura

Descrição da Habilitação Literária:

Licenciatura preferencial em Gestão, Contabilidade, Economia, Administração Pública, Finanças

Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Gestão
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Contabilidade	Contabilidade
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Economia, Gestão	Economia
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Gestão de Pessoal e Administração / Administração Pública	Administração Pública
Economia, Gestão, Administração, Contabilidade	Contabilidade	Contabilidade e Finanças

Admissão de candidatos não titulares da habilitação exigida:

Não

Outros Requisitos:

Experiência profissional mínima de 3 anos em funções similares, às exigidas no procedimento concursal.

Envio de candidaturas para:

candidaturas.csm@csm.org.pt

Contactos:

213220020

Data Publicitação:

2026-04-20

Data Limite:

2026-05-05

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:

DRE

Descrição do Procedimento:

1. Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º ambos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 11º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada “Portaria”, torna-se público que, por meu despacho de 14 de abril de 2026, se encontra aberto o presente procedimento concursal comum para preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, na área de Contabilidade, do mapa de pessoal do Conselho Superior da Magistratura (CSM) para 2026, para a Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF), em funções públicas por tempo indeterminado.

2. O presente concurso visa exclusivamente o provimento da vaga referida, não obstante a constituição de reserva de recrutamento interna,

nos termos definidos no n.º 5 e seguintes do artigo 25.º da Portaria.

3. Para efeitos do disposto no artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, foi consultada a entidade de Recrutamento Centralizado e gestora do sistema de valorização profissional (DGAEP), que declarou a inexistência de trabalhadores em situação de requalificação ou reserva de recrutamento, cujo perfil se adequasse às características do posto de trabalho em causa.

4. Nos termos do disposto no artigo 30.º da LTFP e atendendo à especificidade do setor de atividade a que se destina, bem como os princípios da eficácia, racionalização e do aproveitamento dos atos administrativos, que devem presidir à atividade dos serviços públicos, o presente procedimento concursal é aberto a trabalhadores detentores de vínculo de emprego público por tempo indeterminado.

5. Nos termos do artigo 11.º da Portaria, o presente aviso é publicitado na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do CSM (www.csm.org.pt).

6. O prazo de apresentação de candidaturas ao presente procedimento concursal é de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso em Diário da República.

7. As funções serão exercidas na Direção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF) sita na Rua Duque de Palmela, n.º 23, 1250-097 Lisboa.

8. A determinação do posicionamento remuneratório obedece ao disposto no artigo 38.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, que terá lugar imediatamente após o termo do procedimento concursal, até ao limite da 6.ª posição remuneratória da carreira/categoria de Técnico Superior, a que corresponde o nível remuneratório 38 da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas.

9. As funções a exercer são as enquadráveis no conteúdo funcional da carreira e categoria de técnico superior, correspondendo o grau 3 de complexidade funcional, nos termos do mapa anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 88.º da LTFP e nas áreas de competências previstas no artigo 18.º da Lei n.º 36/2007, 14 de agosto, que aprova o regime de organização e funcionamento do CSM, designadamente:

- Assegurar o registo, tratamento e análise da informação contabilística nas vertentes orçamental, patrimonial e analítica, em articulação com os normativos do SNC-AP;

- Desenvolver e implementar modelos de contabilidade de gestão, incluindo a definição de centros de custo, centros de responsabilidade e unidades de análise, com vista ao apuramento de custos por atividade, serviço;
- Produzir informação de apoio à decisão, através da elaboração de mapas de custos, relatórios de execução e indicadores de desempenho económico-financeiro;
- Garantir a articulação entre os sistemas de informação contabilística e os sistemas de planeamento e controlo de gestão, promovendo a integração da informação financeira e não financeira;
- Colaborar na preparação da prestação de contas, bem como na resposta a entidades de controlo interno e externo, designadamente o Tribunal de Contas
- Apoiar a implementação de instrumentos de gestão estratégica, como o Balanced Scorecard, assegurando a incorporação de indicadores financeiro
- Utilizar plataformas como o ERP da Entidade (ex: GeRFiP, SAP) e ferramentas de análise de dados (Excel avançado/BI).

Outros requisitos:

- Exercício de funções na área da contabilidade pública, preferencialmente no âmbito do SNC-AP, incluindo experiência na elaboração e análise de demonstrações financeiras e orçamentais;
- Experiência na implementação ou operacionalização de sistemas de contabilidade de gestão, nomeadamente na definição e monitorização de centros de custo e de responsabilidade e das metodologias de apuramento dos mesmos
- Experiência em processos de prestação de contas e auditoria, incluindo interação com entidades de controlo externo;
- Experiência na produção de informação de apoio à decisão e na construção de indicadores de desempenho
- Experiência em projetos de modernização administrativa e de implementação de sistemas de controlo de gestão
- Experiência preferencial em Balanced Scorecard

10. O Candidato deve ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, num dos serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação objetivo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na sua atual redação e ser titular da carreira e categoria de Técnico Superior.

11. De acordo com o disposto na alínea k) do n.º 4 do artigo 11.º da Portaria, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem

integrados na carreira, sejam titulares da categoria e não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho do Conselho Superior da Magistratura, idênticos ao posto de trabalho posto a concurso.

12. Outros requisitos: Experiência profissional mínima de 3 anos em funções similares, às exigidas no procedimento concursal.

13. Os candidatos devem entregar o formulário de candidatura, o qual tem carácter obrigatório, sob pena de exclusão da candidatura, acompanhado dos demais documentos, em formato PDF, ao presente procedimento concursal, remetidos apenas através de correio eletrónico

(candidaturas.csm@csm.org.pt), com referência no assunto “Procedimento Concursal - TS Contabilidade DSAF”, não sendo aceite outra via de envio, dentro do prazo fixado, findo o qual as mesmas serão consideradas excluídas do presente procedimento.

As candidaturas devem ser dirigidas à Juiz-Secretária do Conselho Superior da Magistratura, devendo, para o efeito, utilizar o formulário de candidatura, o qual tem carácter obrigatório, previsto no Despacho (extrato) n.º 11321/2009, publicitado no Diário da República, 2.ª série, n.º 89, de 8 de maio de 2009, bem como impresso de informação adicional a candidatos a emprego (consentimento de tratamento de dados pessoais), os quais se encontram disponíveis na página eletrónica do Conselho Superior da Magistratura em “Instrumentos de Gestão”>“Procedimentos de Recrutamento”>“Consultar Procedimentos”.

14. O formulário de candidatura deve, obrigatoriamente, ser acompanhado dos seguintes documentos, os quais não devem exceder o limite máximo de capacidade de 4Mb, fazendo referência ao concurso e código da BEP a que se candidata, sob pena de a mesma não ser considerada:

a. Curriculum Vitae detalhado e atualizado, contendo indicação da experiência profissional detida devidamente datado e devidamente assinado pelo candidato;

b. Fotocópia do certificado de habilitações exigido;

c. Fotocópia dos documentos comprovativos das ações de formação frequentadas nos últimos 7 (sete) anos, com indicação do período e carga horária, não sendo aceite documentação anterior a essa data;

d. Declaração, atualizada, com data reportada ao prazo estabelecido para apresentação das candidaturas e emitida e autenticada pelo serviço ou organismo de origem, da qual conste, de forma inequívoca, a existência e natureza da relação jurídica de emprego público, da carreira e categoria, posicionamento remuneratório, com contagem de tempo de serviço na carreira,

categoria e função pública;
e. Declaração com descrição pormenorizada de funções, emitida pelo respetivo serviço de origem, relativa a cada uma das atividades desenvolvidas e respetiva experiência profissional, designadamente no último posto de trabalho ocupado, com relevância para o presente procedimento concursal.

15. Todos as dúvidas e pedidos de esclarecimentos quanto ao teor do presente procedimento devem obrigatoriamente ser efetuadas através do envio de e-mail para o endereço de correio eletrónico mencionado no ponto 13 do presente aviso.

16. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a respetiva situação, a apresentação de documentos autênticos ou autenticados, sendo que a não apresentação dos documentos solicitados no presente aviso poderá determinar a não admissão a concurso da candidatura apresentada.

17. Nos termos do disposto nos artigos 36.º n.º 2 da LTFP e da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, opta-se pela não aplicação da prova de conhecimentos, considerando que os candidatos ao presente procedimento concursal comum detêm vínculo prévio à Administração Pública e experiência profissional consolidada em funções idênticas ou de grau de complexidade equivalente.

18. Assim, entende-se que os métodos de seleção mais adequados são a avaliação curricular e a entrevista de avaliação de competências, por se revelarem mais eficazes para aferir o perfil, a experiência e a adequação dos candidatos às funções a desempenhar, em respeito pelos princípios da adequação, proporcionalidade e eficiência procedimental.

19. Serão excluídos os candidatos que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, bem como os que obtenham uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método de seleção seguinte.

20. Os métodos de seleção adotados e respetivas ponderações serão as seguintes:

- a. Avaliação Curricular - 30%;
- b. Entrevista Profissional de Seleção - 70%.

21. A falta de comparência a qualquer um dos métodos de seleção é equivalente à desistência do presente procedimento concursal, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguintes.

22. A classificação final dos candidatos será obtida na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não

aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

23. Em situações de igualdade de valoração aplica-se como método de desempate os critérios estabelecidos no artigo 24.º da Portaria.

24. A lista unitária de ordenação final dos candidatos será disponibilizada na página eletrónica do Conselho Superior da Magistratura e notificada aos candidatos por correio eletrónico, nos termos do artigo 6.º da Portaria.

25. As falsas declarações são punidas nos termos da lei.

26. O júri tem a seguinte constituição:

- Presidente: Maria de Jesus Marques, Diretora de Serviços da DSAF
- 1.º Vogal Efetivo: Jorge Borges, Chefe de Divisão da DSAF
- 2.º Vogal Efetivo - Ana Rita Oliveira, Técnica Superior de Recursos Humanos da DSAF
- 1.º Vogal Suplente - Pedro Anjos, Técnico Superior da DSAF
- 2.º Vogal Suplente - Sara Costa, Técnica Superior de Recursos Humanos da DSAF

27. O presente procedimento concursal foi classificado como urgente e de interesse público, não havendo, assim, lugar a audiência de interessados, conforme estabelecido no n.º 1, alínea a) do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

28. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação.

29. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente aviso, o procedimento concursal rege-se pelas disposições constantes da LTFP, da Portaria e do disposto no Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

14 de abril de 2026 - O Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura, Luís Azevedo Mendes.

Entidade gestora

Desenvolvimento e apoio técnico

Ofertas

[Pesquisar Oferta \(Oferta_Pesquisa_basica.aspx\)](#)[Pesquisar Resultados \(Pesquisa_Resultados.aspx\)](#)[Listar Oferta Dirigentes Superiores \(../CRE5AP/CRE5AP_Pesquisa.aspx\)](#)[Formulários](#)

Bolsa de Emprego Público

[Diploma \(../SobreBep/Diploma.aspx\)](#)[Objetivos \(../SobreBep/Objectivos.aspx\)](#)[Funcionalidades \(../SobreBep/Funcionalidades.aspx\)](#)[Acessibilidade \(../Acessibilidade.aspx\)](#)[Entidade Gestora \(../SobreBep/EntidadeGestora.aspx\)](#)

Links Úteis

Oportunidades na UE

[Eures \(https://eures.europa.eu/jobseekers_pt\)](https://eures.europa.eu/jobseekers_pt)[EPSO \(https://eu-careers.europa.eu/en/about-epso\)](https://eu-careers.europa.eu/en/about-epso)[Carreiras Internacionais \(http://www.carreirasinternacionais.eu\)](http://www.carreirasinternacionais.eu)[Instituto Diplomático \(https://idi.mne.gov.pt/pt/oportunidades/carreiras-internacionais\)](https://idi.mne.gov.pt/pt/oportunidades/carreiras-internacionais)[EUROCID \(https://eurocid.mne.gov.pt/empregos\)](https://eurocid.mne.gov.pt/empregos)[Org. Int. do Trabalho \(https://www.ilo.org/lisbon/lang--pt/index.htm\)](https://www.ilo.org/lisbon/lang--pt/index.htm)[OCDE \(http://www.oecd.org/careers/\)](http://www.oecd.org/careers/)[Netemprego \(IEFP\) \(https://iefponline.iefp.pt/IEFP/pesquisas/search.do?cat=ofertaEmprego\)](https://iefponline.iefp.pt/IEFP/pesquisas/search.do?cat=ofertaEmprego)

Presidência do Conselho de Ministros

BEP v5.0.1.5 de 2025-12-03 @ 266
